



PONTO A PONTO

• STF

A proporção de editoriais contrários ao STF (Supremo Tribunal Federal) aumentou no 1º semestre de 2026, ante os índices de todo o ano de 2025. No Estadão, o índice passou de 80,60% para 90,70%; na Gazeta do Povo, de 95,77% para 100%; na Folha de S.Paulo, de 46,15% para 61,29%; e em O Globo, de 24,14% para 34,62%, segundo estudo realizado pelo **Ranking dos Políticos**.

• ECONOMIA

As saídas fiscais do Brasil chegaram a 46.603 em 2026, alta de 80% em relação às 25.797 registradas em 2021. Os Estados Unidos foram o principal destino, com 11.934 registros, seguidos por Portugal (8.821) e Canadá (2.929). Entre os estados brasileiros, São Paulo liderou, com 17.700 saídas, seguido por Rio de Janeiro (5.800) e Minas Gerais (4.300), segundo dados da Receita Federal.

• FISCAL

O custeio administrativo da União somou R\$ 33,3 bilhões no primeiro semestre de 2026, alta real de 10,7% ante os R\$ 30,1 bilhões registrados no mesmo período de 2025, sendo o maior valor para um primeiro semestre desde 2016. Os serviços de apoio concentraram R\$ 16,7 bilhões, alta de 13,3%, enquanto os gastos com tecnologia da informação chegaram a R\$ 4,5 bilhões, combustíveis, R\$ 2,6 bilhões, e aluguéis e conservação de imóveis, R\$ 2,6 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional.

• GOVERNABILIDADE

O governo do presidente Lula é desaprovado por 48% e aprovado por 47% dos entrevistados. Na avaliação da gestão, 42% consideram o governo "ruim" ou "péssimo", enquanto 34% o classificam como "ótimo" ou "bom". No 1º turno, Lula aparece com 41% das intenções de voto, contra 36% de Flávio Bolsonaro; em um eventual 2º turno, os percentuais são de 47% e 44%, respectivamente, segundo levantamento Nexus.

• SUPERÁVIT

O superávit primário dos Estados e do Distrito Federal caiu 56,3% no primeiro semestre de 2026, passando de R\$ 54,57 bilhões para R\$ 23,87 bilhões em relação ao mesmo período de 2025. A queda ocorreu enquanto as receitas correntes cresceram 8,08%, de R\$ 687,34 bilhões para R\$ 742,88 bilhões, e as despesas correntes avançaram 8,98%, de R\$ 565,40 bilhões para R\$ 616,18 bilhões, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

PGR pede que caso de Lulinha saia do STF



Fábio Luís Lula da Silva (Foto: Reprodução/Instagram)

A Procuradoria-Geral da República pediu a André Mendonça que um dos inquéritos contra Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, seja remetido à primeira instância, argumentando que não há, entre os investigados, ninguém com prerrogativa de foro que justifique o caso tramitar diretamente no STF. A decisão final cabe a Mendonça, relator dos dois inquéritos abertos contra o filho do presidente que investigam suspeita de tráfico de influência ligada à tentativa de venda de cannabis medicinal ao Ministério da Saúde.

Um novo documento reforça o peso da apuração. A lobista Roberta Luchsinger enviou a Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete de Lula, a minuta de uma proposta para vender 1,2 milhão de frascos de canabidiol à Saúde por R\$ 626 milhões. Marcola afirma que o documento não chegou a ser repassado adiante, mas a existência da minuta, num valor dessa magnitude, ajuda a explicar por que o caso ganhou tamanha atenção institucional.

Em paralelo, parlamentares do PSD e do PL protocolaram pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar se Lulinha atuou "na intermediação de interesses privados perante órgãos e agentes do Poder Executivo Federal". Uma CPMI, diferente de um inquérito no STF, tramitaria no Congresso, com poder de convocar depoimentos e quebrar sigilos, o que ampliaria significativamente a exposição pública do caso durante a própria campanha eleitoral.



TENDÊNCIA: Mendonça não deve acatar o pedido da PGR. Sobre o pedido de CPMI, mesmo que não avance de imediato, funciona como pressão política adicional num momento em que o governo já tenta conter o desgaste do tema às vésperas da fase decisiva da campanha de reeleição de Lula.

Lobista diz que Lula ofereceu cargo a ela, e mensagens citam Lulinha



Fábio Luís Lula da Silva (Foto: Alex Silva/Estadão)

Mensagens divulgadas pela Veja mostram a lobista Roberta Luchsinger afirmando ter proximidade pessoal com Lula e dizendo que o presidente chegou a lhe oferecer um cargo no governo, convite que ela diz ter recusado. Em conversa com Gustavo Gaspar, ex-assessor do ex-ministro das Comunicações Juscelino Filho, ela escreveu: "Fui das poucas pessoas que o Lula chamou e perguntou, escolhe onde você quer ficar. [...] Eu disse, onde eu tô. Na minha sociedade com Fábio e Fernando [Bittar]. [...] Tô em cargo nenhum e ando onde quero." A referência é a Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e a Fernando Bittar, sócio do sítio de Atibaia, um dos casos mais conhecidos da Lava Jato, e amigo da família Lula desde a infância dele com Lulinha.

Um inquérito sigiloso da Polícia Federal apura se os três formaram um núcleo permanente para defender interesses privados perante órgãos do governo federal, com indícios de corrupção e tráfico de influência já identificados pelos investigadores. As mensagens obtidas sugerem que Lulinha funcionava como referência nas decisões do grupo, atuando com exposição pública menor que a de Roberta. Os interesses do trio, segundo a apuração, passavam pelo Ministério da Saúde, pela Dataprev e pela Telebras, com um dos negócios envolvendo a venda de medicamentos à base de canabidiol ao governo por mais de R\$ 1 bilhão.

Marcola, então chefe de gabinete de Lula, também aparece na apuração. A PF apurou que ele ajudou a marcar uma reunião no Ministério da Saúde depois de uma interferência de Lulinha, e que Roberta pagou R\$ 217.098 em despesas pessoais do auxiliar, além de ter lhe dado joias, segundo apurou a reportagem. Marcola sustenta que o valor foi um empréstimo já quitado, de natureza estritamente privada, e que não é alvo formal da investigação.

A defesa de Lulinha criticou o vazamento do relatório da PF e negou qualquer relação dele com negócios envolvendo a administração pública, argumentando que ele "carrega o peso do sobrenome" e por isso vira alvo fácil de suspeitas. Procurados pela reportagem, os advogados de Roberta Luchsinger, de Gustavo Gaspar, do Careca do INSS e do próprio Marcola optaram por não se manifestar.

No STF, a expectativa é que André Mendonça negue o pedido da PGR para transferir as investigações contra Lulinha e Roberta para a primeira instância, por não enxergar mudanças no inquérito que justifiquem tirar o caso do Supremo. A posição da PGR também mudou ao longo do processo, já que em um primeiro momento defendeu que o caso fosse distribuído entre os ministros da Corte e, mais recentemente, passou a apoiar o envio às instâncias ordinárias, alegando não haver autoridade com foro privilegiado entre os investigados.

Lula, por sua vez, tratou o episódio como resultado de vazamentos seletivos. Em encontro com Fernando Haddad e o advogado Marco Aurélio Carvalho, coordenador de sua campanha em São Paulo e também advogado de Lulinha, o presidente perguntou se Carvalho havia pedido uma investigação sobre a origem dos vazamentos da PF. Diante da confirmação, respondeu apenas "está ótimo".



TENDÊNCIA: Cada nova camada de mensagens que vem a público adiciona detalhe a um caso que já ultrapassou o estágio de suspeita pontual e caminha para o retrato de uma rede de influência organizada em torno do filho do presidente. Corrupção é historicamente o tema que mais desgasta a imagem de Lula nas pesquisas, e a repetição semanal de revelações, ainda que nenhuma tenha resultado em denúncia formal até aqui, tende a manter o assunto na conversa pública bem no momento em que a campanha de reeleição precisaria de outra pauta para se firmar.

Horário eleitoral gratuito estreia em 28 de agosto



A propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão para o primeiro turno começa a valer em 28 de agosto e vai até 1º de outubro, véspera da votação marcada para o dia 4. A grade diária, de segunda a sábado, prevê 50 minutos em rede, divididos em dois blocos de 25 minutos, um pela manhã e outro à noite, além de 70 minutos reservados a inserções de 30 e 60 segundos espalhadas entre 5h e meia-noite. O TSE já convocou emissoras para a elaboração dos planos de mídia e definiu a ordem de veiculação do primeiro dia de inserções para os candidatos a governador.

A largada na TV chega quase duas semanas depois do início da propaganda nas ruas e na internet, liberada em 16 de agosto, o que faz o horário eleitoral gratuito funcionar como uma segunda fase da campanha, normalmente a que mais pesa na formação de opinião do eleitor que não acompanha política pelo noticiário diário. O tempo de exposição de cada candidato na televisão segue a proporcionalidade definida pela representação de cada partido na Câmara, o que tende a favorecer legendas maiores como PT e PL na disputa presidencial.



TENDÊNCIA: Com pouco mais de um mês entre o início do horário eleitoral e o primeiro turno, o período concentra o essencial da disputa pela atenção do eleitor indeciso, justamente o público que pesquisas recentes mostram ainda em maior número do que o desejável para qualquer campanha que já tenha número fechado. A proximidade entre Lula e Flávio nas pesquisas de segundo turno deve tornar a disputa pelo tempo de tela e pela qualidade do conteúdo produzido especialmente decisiva nas próximas semanas.

PEC do fim da escala 6x1 chega à CCJ do Senado

Davi Alcolumbre encaminhou nesta sexta-feira (21/8) a PEC 221/2019, que acaba com a escala de trabalho 6x1, à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), indicou o senador Omar Aziz (PSD-AM) como relator da proposta no colegiado, e Alcolumbre já foi comunicado da escolha.

O movimento destrava formalmente uma proposta que ficou 85 dias parada no gabinete de Alcolumbre, que condicionou a tramitação da PEC e de outras pautas prioritárias do governo à retomada do diálogo com o Palácio do Planalto. O despacho ocorreu no começo da semana, após três encontros entre o presidente do Senado e Lula em cerca de dez dias. Ao anunciar o andamento, Alcolumbre afirmou que as propostas terão rito ordinário de tramitação no Senado, e disse, na semana passada, que sua função como presidente do Congresso é assegurar o devido encaminhamento das matérias, com respeito às prerrogativas do Legislativo.

Omar Aziz já sinalizou que pretende apresentar seu relatório pela admissibilidade da PEC na semana de 31 de agosto, durante o próximo esforço concentrado do Congresso. O relator se declarou favorável ao mérito da proposta e à transição aprovada pela Câmara em maio, que prevê redução de duas horas na jornada semanal 60 dias após a promulgação e mais duas horas um ano depois. Pelo rito regimental, a PEC ainda precisa passar pela CCJ antes de seguir ao plenário, onde passará por cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro e segundo turnos.



TENDÊNCIA: O sinal de Omar Aziz de que pretende apresentar seu parecer já no esforço concentrado de 31 de agosto acelera o calendário em relação ao que se esperava até aqui, mas não elimina o obstáculo estrutural da proposta: como toda PEC exige dois turnos de votação em cada Casa, com quórum qualificado de três quintos, e o rito prevê ainda cinco sessões de discussão em plenário após a CCJ, o calendário eleitoral cada vez mais apertado segue reforçando a leitura de que o tema deve avançar mais como aceno de campanha do que como pauta com votação concreta garantida antes de outubro.

Congresso opera em ritmo de bastidor



Plenário da Câmara dos Deputados (Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Sem sessões deliberativas relevantes em plenário nesta semana, Câmara e Senado seguem no compasso de espera que já se tornou rotina neste segundo semestre eleitoral. O movimento real acontece nos bastidores, com comissões definindo relatores, partidos calibrando composição de chapas estaduais e líderes negociando a ordem de prioridades para a próxima janela de votações, marcada para o período entre 31 de agosto e 4 de setembro.

Esse intervalo concentra boa parte do que ainda falta resolver antes de o Congresso praticamente parar por causa da eleição de outubro. Além da MP das blusinhas, que precisa ser votada até 8 de setembro sob risco de perder validade, o pacote inclui a análise inicial da PEC do fim da 6x1 na CCJ do Senado e outras medidas provisórias represadas, como as ligadas a crédito extraordinário para defesa civil e redução da fila do INSS. Também seguem pendentes os 87 vetos presidenciais que travam formalmente a pauta até serem analisados.

TENDÊNCIA: Com uma janela tão curta para dar conta de um volume de pauta acumulado ao longo do ano, o esforço concentrado do fim de agosto tende a ser mais sobre triagem do que sobre solução definitiva, com líderes escolhendo poucos itens para avançar de fato e empurrando o restante para depois da eleição. O risco desse modelo é que qualquer imprevisto, uma obstrução, um imbróglio de redação ou uma crise política pontual, pode comer os poucos dias úteis disponíveis e deixar até os itens prioritários sem votação a tempo.

Durigan faz da MP das blusinhas prioridade



Dario Durigan, Ministro da Fazenda (Foto: Washington Costa/MF)

O ministro Dario Durigan declarou que a prioridade do momento é a instalação da comissão mista que vai analisar a MP das blusinhas, medida que zera o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50 e que precisa ser aprovada até 8 de setembro sob risco de perder validade. O governo quer votar o texto justamente durante o esforço concentrado do Congresso previsto para o fim de agosto e início de setembro, na próxima semana, janela apertada considerando que presidente e relator da comissão só serão escolhidos em 1º de setembro.

Durigan também adiantou que o governo deve entregar o projeto do Orçamento de 2027 no fim da próxima semana com um detalhe inédito, projeções específicas para o Imposto Seletivo, tributo da reforma tributária que incide sobre produtos considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente. É a primeira vez que o governo inclui esse nível de detalhamento na peça orçamentária, movimento que sinaliza a intenção de acelerar a regulamentação do tributo para que entre em vigor em janeiro de 2027, como o próprio ministro já vinha defendendo desde meados do ano passado.

TENDÊNCIA: Colocar a MP das blusinhas como prioridade explícita reforça a leitura de que o governo teme o desgaste político de uma eventual caducidade da medida, que devolveria automaticamente a cobrança de 20% sobre compras internacionais em plena campanha eleitoral. Já a antecipação de projeções do Imposto Seletivo no Orçamento de 2027 tende a dar mais previsibilidade a setores diretamente afetados pelo novo tributo, mas também abre espaço para pressão de lobbies específicos assim que os números se tornarem públicos.

Dino, Gilmar e Moraes reabrem debate sobre volta do diploma obrigatório para jornalistas



Flávio Dino e Alexandre de Moraes, Ministros do STF (Foto: Rosinei Coutinho/STF)

O ministro Flávio Dino voltou a defender a exigência de diploma para o exercício do jornalismo, lembrando que foi autor da PEC 389/2009 sobre o tema e afirmando que "são falsos os argumentos de que jornalismo não envolve saber técnico e de que não põe em risco a população". No mesmo dia, Gilmar Mendes disse que a obrigatoriedade pode ser reavaliada "se de fato se entender que há algum comprometimento na qualidade de informação", posição que se soma à de Dino e à de Alexandre de Moraes, também simpático a exigir diploma de curso superior para quem exerce a profissão.

A guinada de Gilmar chama atenção porque contraria o próprio voto que ele proferiu há quase duas décadas, quando foi relator do caso que derrubou o decreto-lei 972, editado pela ditadura militar em 1969 para tornar o diploma obrigatório. Na ocasião, Gilmar escreveu que "o jornalismo e a liberdade de expressão são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensados e tratados de forma separada", argumento que hoje parece pesar menos no seu cálculo do que pesava em 2009.

Um dos argumentos usados por Dino para justificar a discussão é o risco de facções como o PCC cooptarem blogueiros que se apresentam como jornalistas e se beneficiarem da proteção constitucional ao sigilo da fonte. É um raciocínio que parte de um problema real para chegar a uma solução que não resolve nada. Basta olhar para outra profissão regulamentada e com curso superior obrigatório, a advocacia, que exige cinco anos de faculdade e aprovação no exame da OAB, e ainda assim tem casos conhecidos de operadores

formados sob encomenda de organizações criminosas para depois prestar concurso e atuar como juízes ou promotores. Diploma não impede infiltração, e um exame de certificação também não impediria blogueiros mal-intencionados de continuar operando fora do sistema formal de imprensa.

A comparação internacional reforça esse ponto. Países como Alemanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, Japão e Suécia, entre muitos outros, não exigem diploma para exercer jornalismo. Do outro lado da lista estão Arábia Saudita, Congo, Costa do Marfim, Síria e Turquia, companhia que dificilmente qualquer democracia consolidada gostaria de ter nesse tema. A ideia de que um cartório de diplomas eleva automaticamente a qualidade da informação tem raiz mais próxima do positivismo autoritário que gerou o decreto de 1969 do que de qualquer evidência sobre o que de fato melhora o jornalismo produzido num país.



TENDÊNCIA: O Brasil já forma médicos, advogados e engenheiros em nível compatível com seu estágio de desenvolvimento educacional, sem que isso dependa de reservas de mercado corporativas, e não há razão para crer que o jornalismo seria diferente. Reintroduzir a exigência de diploma tende a beneficiar sobretudo faculdades de qualidade duvidosa, que passariam a lucrar com um fluxo artificial de matrículas, sem qualquer garantia de que isso mantenha longe da profissão justamente quem o argumento de Dino diz querer afastar. Vindo de um momento em que o próprio Judiciário já enfrenta questionamentos sobre interferência na atividade jornalística, a retomada dessa pauta parece menos uma solução técnica e mais um desvio de foco.

Consumo das famílias recua em agosto

A Intenção de Consumo das Famílias, medida pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), recuou 0,6% em agosto de 2026 na comparação com julho, atingindo 104,9 pontos, o menor nível desde março. A queda não se concentrou numa única faixa de renda, mas se espalhou de forma quase uniforme entre os diferentes grupos pesquisados. Isso sugere que a cautela das famílias diante dos juros altos deixou de ser um fenômeno pontual e passou a ser um comportamento generalizado.

O dado mais revelador da pesquisa é a divergência entre o presente e o futuro do mercado de trabalho. O indicador de Emprego Atual seguiu estável, com leve alta de 0,1%, atingindo 127,7 pontos, o maior de toda a pesquisa. Já o componente de Perspectiva Profissional caiu 1,9% no mês e 9,9% em um ano, revelando um medo crescente de perder o emprego. Segundo o presidente do Sistema CNC, José Roberto Tadros, esse pessimismo nasce do aumento da inadimplência entre as empresas, que gera insegurança sobre a manutenção dos postos de trabalho.

Essa cautela também aparece no crédito e nas compras de maior valor. O acesso ao crédito recuou 0,3% no mês, e o indicador que mede a disposição para comprar bens duráveis, como eletrodomésticos e veículos, caiu 1,3%, ficando em 75,8 pontos, abaixo do patamar considerado neutro. Mesmo com uma alta de 17,5% na comparação anual, provavelmente puxada por uma base de comparação mais fraca no ano passado, o nível absoluto ainda mostra que a família recua diante do custo elevado do financiamento.

O cenário de juros altos é o pano de fundo dessa retração. O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic para 14,00% ao ano na reunião de 5 de agosto, o quarto corte seguido em 2026, mas o ritmo lento do afrouxamento mantém o crédito caro. O IPCA de julho ficou em 0,07%, levando o acumulado em 12 meses a 4,44%, a primeira vez desde abril que o índice fica abaixo do teto da meta de inflação, de 4,5%.

O recuo do consumo tende a se propagar para a indústria e, por consequência, para o PIB. Como as decisões de investimento das empresas dependem da expectativa de demanda futura, um consumidor mais retraído reduz o incentivo para expandir a produção ou contratar. Esse cenário ocorre num contexto fiscal já pressionado: o Fundo Monetário Internacional projeta, na Consulta do Artigo IV divulgada em julho, que a dívida bruta do governo geral chegará a 97,8% do PIB até o fim de 2026, com a inflação encerrando o ano em 5,6%, acima do teto da meta. Para estabilizar essa trajetória, o FMI recomenda um ajuste fiscal equivalente a 3 pontos percentuais do PIB entre 2026 e 2031, o que ajuda a explicar por que o Banco Central mantém cautela mesmo diante do enfraquecimento do consumo.

STF tira Rio e licenciamento ambiental da pauta



Supremo Tribunal Federal (Foto: Antonio Augusto/STF)

O STF retirou de pauta, na mesma semana, dois julgamentos que estavam entre os mais aguardados de agosto. Saiu o processo que define o formato da eleição para o mandato-tampão do governo do Rio de Janeiro, com o placar hoje em 4 a 1 a favor de escolha indireta pela Alerj, e também saíram as cinco ações que questionam a validade da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, sob forte pressão de setores produtivos e de organismos internacionais preocupados com o enfraquecimento de regras ambientais.

No lugar dessas discussões, o plenário priorizou e concluiu, por unanimidade, o julgamento que estende as medidas protetivas da Lei Maria da Penha para casos de violência de gênero sem vínculo doméstico, familiar ou afetivo entre agressor e vítima. Na prática, a decisão amplia a proteção legal para situações como assédio, perseguição e sequestro cometidos por pessoas sem qualquer relação prévia com a vítima, hipóteses que até então ficavam fora do alcance direto da lei, criada originalmente para violência dentro de relações domésticas e afetivas.



TENDÊNCIA: Adiar dois julgamentos com forte potencial de desgaste político e econômico, RJ e licenciamento ambiental, para concluir um terceiro com decisão unânime e de baixo custo institucional é um padrão que o STF já usou antes em momentos de maior exposição pública. A ampliação da Lei Maria da Penha tende a ser bem recebida por sua abrangência prática, mas o adiamento dos outros dois casos sinaliza que o Supremo ainda busca o momento politicamente menos custoso para decidir sobre temas que dividem diretamente governo, oposição e setores econômicos organizados.

Dino afasta sobrinho do governador do Maranhão da presidência do Tribunal de Contas estadual



Flávio Dino, Ministro do STF (Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo)

O ministro Flávio Dino determinou o afastamento cautelar de Daniel Brandão da presidência do Tribunal de Contas do Maranhão por 180 dias, atendendo a pedido da Polícia Federal dentro de inquérito que apura desvio de recursos públicos, obstrução de investigação e possível envolvimento em homicídio. Daniel Brandão é sobrinho do governador Carlos Brandão, que o indicou para o cargo, e a decisão do STF também proíbe qualquer contato direto ou indireto entre os dois enquanto durar a medida.

Além do afastamento, Dino determinou que o conselheiro fique impedido de acessar os sistemas internos do tribunal, frequentar a sede do órgão e usar veículos ou serviços oficiais. O ministro classificou a medida como cautelar, sem qualquer juízo de condenação, destinada a evitar que a posição ocupada por Daniel Brandão interfira na coleta de provas ou no andamento das investigações. O conselheiro afastado declarou ter "absoluta inocência" diante das acusações.

O governador reagiu em tom duro, dizendo que Dino agiu com "incompetência absoluta" e que isso "compromete a validade dos atos decisórios e das medidas investigativas dela decorrentes", numa crítica direta à condução do caso pelo ministro do STF. A fala expõe o desconforto de Carlos Brandão diante de uma decisão que atinge diretamente seu núcleo político mais próximo, justamente o sobrinho que ele mesmo indicou para comandar o órgão responsável por fiscalizar as contas do próprio governo estadual.



TENDÊNCIA: O caso reforça um padrão já visto em outras investigações que miram estruturas estaduais de poder, em que o afastamento cautelar de um aliado próximo tende a gerar reação política imediata do chefe do Executivo local, mesmo sem qualquer contestação técnica da decisão judicial em si. A proibição de contato entre tio e sobrinho, incomum em decisões desse tipo, sinaliza que a Polícia Federal vê risco concreto de interferência direta do governador na apuração, o que pode ampliar o alcance do caso Tech Office para além do próprio Daniel Brandão nas próximas semanas.

Em destaque no Ranking

● RANKING DOS POLÍTICOS E INSTITUTO UNIDOS REALIZAM EVENTOS COM PRESIDENCIÁVEIS EM BRASÍLIA

O Ranking dos Políticos e o Instituto Unidos Brasil (IUB) promoveram, nesta terça-feira, dia 18 de agosto, dois encontros do ciclo "O Brasil em Debate com os Presidentiáveis", voltado à discussão sobre ambiente de negócios, competitividade e desenvolvimento econômico.

Às 13h, ocorreu uma reunião-almoço com Renan Santos, cofundador e coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL) e pré-candidato à Presidência da República. Às 18h, um coquetel recebeu Ronaldo Caiado, ex-governador de Goiás e também pré-candidato ao Planalto. [Leia a matéria sobre o Renan Santos aqui.](#) [Leia a matéria sobre o Ronaldo Caiado aqui.](#)

● ANR É A NOVA MANTENEDORA DO RANKING DOS POLÍTICOS

A Associação Nacional de Restaurantes (ANR) é a mais nova mantenedora do **Ranking dos Políticos**. A parceria conecta um dos setores que mais gera empregos no Brasil ao acompanhamento apartidário do trabalho de 513 deputados e 81 senadores. [Seja você também um apoiador.](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Senador Carlos Viana
(PSD-MG)

Carlos Viana é jornalista, radialista e comunicador, com pós-graduação em Gestão Estratégica de Marketing pela UFMG. Construiu carreira na televisão, rádio e imprensa escrita, alcançando ampla projeção pública em Minas Gerais antes de ingressar na política. Elegeu-se senador em 2018 e, em 2022, disputou o governo mineiro. No Senado, atua com foco em fiscalização e transparência, presidindo a CPMI do INSS, responsável por apurar irregularidades no sistema previdenciário.

Carlos Viana recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em 2023 e 2026 pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

- | | |
|---|--|
|  Juan Carlos |  Danylo Shimano |
|  Luan Sperandio |  Daniel Galvêas |
|  Gabriel Jubran |  Victor Ribeiro |

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
ranking.org.br/apoie

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
1º andar, Sala 104, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

